



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Jornal do **Dia** 18/01/2018

geral

6

Jackson autoriza construção de presídio para regime semiaberto

O governador Jackson Barreto assinou, nesta quarta-feira (17), ordem de serviço para a construção de unidade prisional em regime semiaberto em Areia Branca. A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça Sergipe, desembargador Cezário Siqueira, entre outros representantes do TJ/SE, assim como do procurador Eduardo Barreto D'Ávila, representando o Ministério Público Estadual (MPE/SE), da defensora chefe substituta da Defensoria Pública da União (DPU), Patrícia Vieira de Melo, e do deputado estadual e vice-presidente da Alese, Garibaldi Mendonça, que representou o Poder Legislativo de Sergipe.

Com a construção da nova unidade, um investimento de R\$ 36.275.568,51, Sergipe voltará a ter uma unidade de custódia no regime semiaberto. Esse foi um compromisso assumido pelo governador Jackson Barreto junto à sociedade e ao Poder Judiciário. Para tanto, a Secretaria de Estado da Justiça e Defesa do Consumidor (Sejuc) e o governo do Estado empreenderam esforços, aprovando o projeto arquitetônico junto ao Departamento Penitenciário Nacional e obtendo autorização para contratar obra.

Para o governador Jackson Barreto, esta é mais uma ação que demonstra o compromisso do governo de Sergipe com a situação do sistema prisional e, principalmente, com a segurança da população. "Nós estamos cumprindo aqui uma obrigação do Estado, e uma obri-



ASPECTO DA ASSINATURA DA ORDEM DE SERVIÇO

gação diante dos compromissos assumidos com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com a sociedade sergipana na construção de um presídio para o regime semiaberto, já que nós não contamos com uma unidade desse tipo. De sorte que conseguimos descontingenciar recursos da ordem de R\$ 40 milhões, dos quais R\$ 36 milhões serão aplicados na construção dessa obra, para atendimento a mais de 640 presos. O Estado de Sergipe tem a sensação de responsabilidade, de dever cumprido quando se diz que, durante a gestão do governador Jackson Barreto, foram inaugurados dois novos presídios. Estamos dando a ordem para a construção do semiaberto, estamos construindo uma unidade para o menor infrator, 70% da obra já está avançada. E tivemos também a responsabilidade, durante o ano de 2017, de fazer andar as audiências para presos, atendemos a 10.200 audiências, o dobro de atendimentos quando comparado ao ano de 2016, o que acalmou a

população carcerária que viu em andamento os seus processos", enumerou o governador.

Jackson ressaltou que, com a iniciativa, o Estado preenche uma importante lacuna. "É um dia histórico para o governo do Estado, para as instituições, o Poder Judiciário e para a sociedade. Porque a não existência do semiaberto significa que o preso não cumpriu ainda sua pena e é colocado de forma totalmente livre. Quando da existência do semiaberto, ele sabe das responsabilidades, que precisa cumprir uma parte da pena diariamente no presídio semiaberto, o que oferece maior segurança à população".

Segundo o secretário de Estado da Justiça, Cristiano Barreto, a obra permitirá a diminuição considerável de crimes, principalmente de casos reincidentes em Sergipe. "Foi um pleito do Poder Judiciário, que o governo do Estado tinha recebido no final de 2016 e início de 2017. No período de 2017, fizemos várias viagens, fomos a Brasília pleitear

a autorização para a utilização da verba destinada à construção de um estabelecimento penitenciário em um regime semiaberto. Existem números mostrando que, desde o encerramento das atividades do regime semiaberto, o índice de violência no estado aumentou assustadoramente. Há dados estatísticos da própria Secretaria de Segurança Pública (SSP) mostrando que a transferência por salto de regime fechado para o regime aberto, descumprindo o a Lei de Execuções Penais, tem ocasionado esse momento de violência. Aliado a isso, a própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público de Sergipe e o Tribunal de Justiça encaminham documentos à Secretaria, no final do ano passado, solicitando providências no sentido que era necessário a construção do regime semiaberto, em caráter de urgência, uma vez que a falta deste estabelecimento gerava um comprometimento a segurança pública de todos os cidadãos".